|  |  |
| --- | --- |
|  | Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC  Centro de Educação Superior do Alto Vale do Itajaí – CEAVI  Departamento de Engenharia Sanitária - DESA |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PLANO DE ENSINO** | | |
|  | | |
| **DEPARTAMENTO:** ENGENHARIA SANITÁRIA | | |
|  | | |
| **DISCIPLINA:** LEGISLAÇÃO SANITÁRIA E AMBIENTAL | | **SIGLA:**LSA |
|  | | |
| **PROFESSOR:** WILLIAN JUCELIO GOETTEN | | **E-mail:**willian.goetten@udesc.br |
|  | | |
| **CARGA HORÁRIA TOTAL:** 36 h | **TEORIA:** 36 h | **PRÁTICA**: 0 h |
|  | | |
| **CURSO:** BACHARELADO EM ENGENHARIA SANITÁRIA | | |
|  | | |
| **SEMESTRE/ANO:**II/2016 | | **PRÉ-REQUISITOS:**NÃO |

**OBJETIVO GERAL DO CURSO:**

O Curso de Engenharia Sanitária do Centro de Educação Superior do Alto Vale do Itajaí – CEAVI, da UDESC/ Ibirama, objetiva formar profissionais da engenharia habilitados à preservação, ao controle, à avaliação, à medida e à limitação das influências negativas das atividades humanas sobre o meio ambiente, de modo a atender as necessidades de proteção e utilização dos recursos naturais de forma sustentável, aliando novas metodologias e tecnologias na exploração, uso e tratamento da água, nos projetos de obras de saneamento, que envolvem sistemas de abastecimento de água, sistemas de esgotamento sanitário, sistemas de limpeza urbana, bem como no desenvolvimento de políticas e ações no meio ambiente que busquem o monitoramento, o controle, a recuperação e a preservação da qualidade ambiental e da saúde pública.

**EMENTA:**

Introdução. Conceito. O direito ambiental. Licenciamento Ambiental. Legislação ambiental Brasileira e Estadual. Aplicação da legislação ambiental em várias áreas de atuação pelo homem.

**OBJETIVO GERAL DA DISCIPLINA**

Capacitar o aluno na compreensão da legislação ambiental brasileira e do Estado de Santa Catarina. Capacitar o aluno na percepção das diferentes correntes de pensamento que influenciam a promulgação de leis ambientais. Conhecer as legislações de aplicação na área de saneamento.

**OBJETIVOS ESPECÍFICOS/DISCIPLINA:**

- Criar e cooperar com a consciência cívica e de cidadania voltada a questão ambiental;

- Analisar o conteúdo básico da disciplina, delineando suas noções propedêuticas, sua gênese e desenvolvimento.

- Habilitar o acadêmico para a tomada de decisões dentro dos limites impostos pela legislação ambiental quando em interface com o setor produtivo

- Oferecer tratamento sistemático fundamentado na Constituição Federal, na Lei de Política Nacional do Meio Ambiente e de outros diplomas normativos que compõem o ordenamento jurídico ambiental.

- Observar a importância do Direito Ambiental para a manutenção do equilíbrio ecológico e da própria vida humana.

**CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES:**

| **Nº** | **Data** | **Horário** | **H.A.** | **Conteúdo** |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| 01 | 01/08 | 10:10 – 11:50 | 02 | Apresentação da disciplina, apresentação do plano de ensino métodos de avaliação. Artº 225 da Constituição Federal de 1988. |
| 02 | 08/08 | 10:10 – 11:50 | 02 | Ordenamento jurídico brasileiro. Pirâmide de Kelsen. |
| 03 | 15/08 | 10:10 – 11:50 | 02 | Evolução do pensamento ambiental. |
| 04 | 22/08 | 10:10 – 11:50 | 02 | Evolução da legislação ambiental brasileira. |
| 05 | 29/08 | 10:10 – 11:50 | 02 | Princípios do direito ambiental. Competências ambientais. |
| 06 | 05/09 | 10:10 – 11:50 | 02 | **Primeira Prova – P1- conteúdo parcial, individual, sem consulta.** |
| 07 | 12/09 | 10:10 – 11:50 | 02 | Política Nacional de Meio Ambiente - Lei nº 6.938/1981. |
| 08 | 19/09 | 10:10 – 11:50 | 02 | Lei de Crimes Ambientais - Lei nº 9.605/1998. |
| 09 | 26/09 | 10:10 – 11:50 | 02 | Código Florestal – Lei 12.651/2012. |
| 10 | 03/10 | 10:10 – 11:50 | 02 | Política Nacional de Recursos Hídricos - Lei nº 9.433/1997. |
| 11 | 10/10 | 10:10 – 11:50 | 02 | Política Nacional de Saneamento Básico – Lei nº 11.445/2007 |
| 12 | 17/10 | 10:10 – 11:50 | 02 | Política Nacional de Resíduos Sólidos -Lei n. 12.305/2010. |
| 13 | 24/10 | 10:10 – 11:50 | 02 | Legislação Estadual. |
| 14 | 31/10 | 10:10 – 11:50 | 02 | Legislação Municipal. |
| 15 | 07/11 | 10:10 – 11:50 | 02 | Discussão sobre jurisprudências em comarcas catarinenses |
| 16 | 14/11 | 10:10 – 11:50 | 02 | **Feriado Escolar.** |
| 17 | 21/11 | 10:10 – 11:50 | 02 | **Apresentação de seminário - T1 (estudos de caso).** |
| 18 | 28/11 | 10:10 – 11:50 | 02 | Legislação Institucional. |
| 19 | 05/12 | 10:10 – 11:50 | 02 | **Segunda Prova – P2- conteúdo parcial, individual, sem consulta.** |
|  | | |  |  |
|  | 12/12 | 10:10 – 11:50 |  | **EXAME** |

**METODOLOGIA PROPOSTA:**

Aula expositiva; Estudo de texto seguido de discussão e/ou atividades; Utilização de recursos audiovisuais.

**AVALIAÇÃO:**

1- AVALIAÇÃO

Serão aplicadas duas Provas (P1 e P2) e um Trabalho (T1) e a Nota Final (NF) será calculada pela média simples das 3 notas:

NF=(P1+ P2+T1)/3.

As provas terão questões teóricas e questões de desenvolvimento de raciocínio lógico.

O trabalho 1 abrange o conteúdo: Estudos de caso.

2 – PROVA DE RECUPERAÇÃO

Para quem não atingir a média 7,0 segue as diretrizes da instituição e abrangerá todo conteúdo ministrado durante o todo o semestre letivo. A Média Final após a aplicação desta prova será: MF = (6.0M+4.REC)/10

Para a aprovação na disciplina a Média Final deverá ser maior ou igual a 5,0.

3 – SEGUNDA CHAMADA

Segunda chamada segue as diretrizes da instituição.

A segunda chamada da prova será concedida exclusivamente aos alunos que apresentarem justificativa comprovada e aceita pela coordenação do curso. Caso contrário ficará com zero. As provas serão agendadas em dia e horário a critério do professor, podendo ser realizada até o final do semestre letivo.

4 – INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

a) A prova deverá ser realizada dentro do prazo previsto.

b) A prova poderá ser realizada à lápis ou a caneta, no entanto, aqueles que realizarem a lápis não terão direito a reclamação da correção.

c) O material a ser usado nas provas vai ser definido em cada prova.

e) Não será permitida a troca de materiais com os colegas.

f) Casos não previstos serão resolvidos pelo professor.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

DEMOLINER, Karine Silva. **Água e saneamento básico:** regimes jurídicos e marcos regulatórios no ordenamento brasileiro . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008. 220 p. ISBN 9788573485288 (broch.). Número de Chamada:**341.343 D383a. Total de exemplares 3 Ceavi**

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro.** 14. ed. rev. atual. ampl. em face da Rio+20 e do novo Código Florestal. São Paulo: Saraiva, 2013. 961 p. ISBN 9788502187924 (broch.). Número de Chamada:**341.347 F519c 14.ed. 2013. Total de exemplares 8 Ceavi**

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Manual do Saneamento. Fundação Nacional da Saúde. 2004. On-line

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

ÁGUAS:. Aspectos jurídicos e ambientais. Curitiba: Juruá, 2010. 305 p. ISBN 9788536217789 (broch.). Número de Chamada:**342.1244 A282 3.ed. Total de exemplares 3 Ceavi**

CAUBET, Christian Guy. **A água, a lei, a política... E o meio ambiente?**Curitiba: Juruá, 2004. 305 p. ISBN 85-362-0590-3 (broch.).  Número de Chamada:**341.343 C371a. Total de exemplares 1 Ceavi.**

GUERRA, Sidney. **Resíduos sólidos:** comentários à Lei 12.305/2010 . Rio de Janeiro: Forense, 2012. 194 p. ISBN 9788530940140 (broch.). Número de Chamada:**628.44 G929r 2012. Total de exemplares 2 Ceavi**

PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; ALVES, AlaôrCaffé. **Curso interdisciplinar de direito ambiental.** Barueri: Manole, 2005. 953p (Ambiental ; 4). ISBN 8520421873 (enc.). Número de Chamada:**341.347 C977. Total de exemplares 2 Ceavi**

SETTE, Marli Teresinha Deon. **Manual de direito ambiental.** 3.ed. Curitiba: Juruá, 2014. 652 p. ISBN 9788536246567 (broch.).  Número de Chamada:**341.347 S495m 3.ed 2014 Total de exemplares 2 Ceavi**

SIRVINSKAS, Luis Paulo. **Manual de direito ambiental.** 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. 984 p. ISBN 9788502216198 (broch.). Número de Chamada:**341.3470981 S621m 12. ed. 2014. Total de exemplares 2 Ceavi.**

FORTINI, Cristiana; PICININ, Juliana; SUNDFELD, Carlos Ari. **Saneamento básico:** estudos e pareceres à luz da lei n. 11.445/2007 . Belo Horizonte: Fórum, 2009. 310 p. ISBN 9788577002436 (broch.). Número de Chamada:**341.3470981 S223 2009. Total de exemplares 3 Ceavi**